

A fortificação da Idade Moderna nos Açores: o caso específico das Ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge.

Sérgio Alberto Fontes Rezendes
Museu Militar dos Açores
srezendes@hotmail.com

“A maior densidade de fortalezas, relativamente à área territorial (de Portugal e provavelmente do antigo império português), encontra-se nos Açores”¹.

A presente afirmação de António Lopes Pires Antunes é exemplificativa do rico e vasto património militar construído, actualmente e na sua esmagadora maioria em ruínas nos Açores. Falar desta fortificação é mostrar um exemplo do riquíssimo património acumulado ao longo de 500 anos de ocupação humana do arquipélago. Apesar de não constituir novidade para estudiosos e curiosos, os Açores, dada a sua natureza arquipelágica, possuem uma cultura específica e cada ilha encerra per si, um mundo diferenciado.



Forte de São João Batista, Angra do Heroísmo, ilha Terceira.

O presente trabalho assim o demonstra. Elaborado por uma equipa reduzida para as ilhas de São Miguel, Terceira e São Jorge, constitui uma importante reconstituição do que existiu e do que ainda subsiste. As restantes ilhas serão um objectivo a atingir, apesar das sempre enormes dificuldades insulares e dos poucos apoios, para quem se arrisca apenas por gosto.

Inevitavelmente existem dois factores indissociáveis à Historiografia Açoriana: a sua posição geográfica face à epopeia dos Descobrimentos (cujo regresso à Europa empurrava as embarcações à vela para junto das ilhas) e a sua utilização como área de apoio logístico (e consequentemente de apoio militar), quer às armadas reais, quer a quem por estes mares andava em busca de glória e lucro.

¹ Nunes, António Lopes Pires, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Caleidescópio, 2005.



Forte da Mãe de Deus, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Este intento ao serviço de piratas e corsários, não pouparia terra em caso de insucesso no mar e na ausência de formas de defesa. A política internacional poderia ser um estímulo adicional, como se verificará no final do século XVI. À medida que o mercado global evolui, a partir do século XV e tendo como base a Europa, cada vez mais se faria sentir a presença de personagens indesejáveis como os corsários (em especial os espoliados de Tordesilhas ou mesmo luteranos), assim como de piratas magrebinos, entre outros.

Este contexto aumentaria a apreensão da população e o seu sacrifício: de uma fase inicial de povoamento tranquilo, passa-se no último quartel do século XVI a um clamar insistente junto das autoridades administrativas e do Rei, para ajuda e protecção com recurso às armas de fogo, com destaque específico para a artilharia, única arma com capacidade de manter a uma distância respeitável o inimigo. Com a artilharia, viriam as fortificações.

O desenvolvimento da artilharia pirobalística, em especial a partir do século XV, veio retirar valor defensivo do castelo medieval, que evolui e adapta-se com base em experiências a uma nova forma e localização: à beira-mar, preparando-se para combater um inimigo que já não lutava de arco e flecha, mas sim com pólvora e pelouros de ferro e chumbo.



Forte da Conceição, Vila das Velas, Ilha de São Jorge

Neste sentido, a configuração mais perfeita viria da Itália Renascentista, por sua vez importada por D. João III e D. Sebastião, reis que viveram num contexto em rápida evolução militar e com o império português já a caminho do declínio económico e fortemente assediado. Trata-se pois de fortificação abaluartada, com duas ou três cortinas contínuas (no mínimo), por sua vez conjugadas sob a forma de ângulos salientes.

Estes conceitos são fundamentais para que se perceba o presente estudo. Daqui derivam as características da fortificação açoriana. À excepção dos quatro grandes fortes de construção marcadamente régia (São Brás em Ponta Delgada, São João Batista e São Sebastião em Angra do Heroísmo e Santa Cruz na Horta), as restantes são pequenas construções em cima da linha de costa, normalmente com um ou dois baluartes, podendo ser artilhados com três a dez canhões. Sem serem acasamatados, tinham por regra um pequeno alojamento para paiolim, resguardo das palamentas e abrigo da sentinela, embora variassem de dimensão. Poderá mesmo falar-se de uma classificação por dimensões, em que de um modo geral, praticamente todas se enquadram entre os 43.3 m² e os 1.600 m². Num segundo grau, temos as fortificações de São Sebastião, Santa e Cruz e São Brás, com medidas a rondar os 6.000 m². Uma situação à parte será a fortaleza de São João Batista (e Monte Brasil), com os seus 69.800 m².

Toda esta pequena fortificação, não tinha (de forma geral) defesa para terra, salvo algumas excepções na ilha Terceira, o que facilmente será explicado pela resistência a Filipe I de Portugal. Mesmo neste caso, não é previsto o uso de canhoneiras o que permite entender estes “muros de protecção” como para resguardo da infantaria.



Forte de São Sebastião, Angra do Heroísmo, ilha Terceira

São pequenas fortalezas implantadas em locais criteriosamente seleccionados, adaptados à morfologia do terreno de forma a tirar o maior rendimento possível do curto alcance da sua artilharia. Não existem dois exemplares iguais. Partilham em todas as ilhas do mesmo problema: colocados em cima do mar, têm neste o seu inimigo permanente ao que se poderá aliar as campanhas militares, os sismos, os escassos recursos das autoridades administrativas de terra e a pouca nobreza dos materiais de construção. Principalmente em época de paz prolongada, a sua manutenção era negligenciada pelo que entravam em rápida degradação.

Contudo, as ilhas serviram de experiência na evolução da fortificação medieval portuguesa. O abaluartado seria o resultado final de uma evolução no âmbito da Arquitectura Militar portuguesa, das quais se destaca o seu melhor e mais belo exemplar do gótico final português, já de transição mas ainda com torre de menagem em Lisboa (Torre de Belém); algumas das principais praças portuguesas no norte de África; forte de São Lourenço no Funchal e por fim, São Brás em Ponta Delgada². Contudo, são conhecidas nas ilhas recintos fortificados anteriores ao abaluartado. É o caso do Castelo de São Luís em Angra do Heroísmo (finais do século XV) e possivelmente do forte do Alto da Mãe de Deus em Ponta Delgada, assim como torres de vigias, ou atalaias, plenamente registadas na ilha de São Jorge. Estas últimas haveriam mesmo de evoluir ou dar lugar a fortificações já na Idade Moderna. Em todo o caso, esta forma arcaica de fortificação ou de vigia

² Moreira, Rafael (dir.), *Portugal no mundo – História das fortificações portuguesas no mundo*, Alfa, 1989, Lisboa.

não poderia corresponder de forma eficaz às necessidades insulares, uma vez que a melhor defesa estava em manter o inimigo no mar, afastado de terra. A fortificação medieval estava condenada a evoluir do cimo de pontos dominantes, para a beira-mar, rebaixando as suas muralhas e alargando-as³. No caso terceirense, o forte de São Luís era mesmo tido como um perigo para a cidade, porque para além de não evitar o desembarque de tropas inimigas em terra, uma vez tomado, poderia mesmo ser utilizado para varejar a urbe.



Forte de São Francisco Xavier, São Roque, ilha de São Miguel.

Voltando à fortificação abaluartada, irei começar por analisar o caso específico da ilha de São Miguel, utilizando como fio condutor um relatório intitulado “Informação dos portos das ilhas dos Açores”, feito algures entre os anos de 1553 e 1567, para que se tenha a efectiva noção da defesa existente na segunda metade do século XVI, em ilhas regularmente (ou mesmo anualmente) assediadas por piratas e corsários em busca de saque, pilhagem e roubo. Se não o obtivessem nas ricas frotas que regressavam à Europa, num rápido golpe de mão tentariam-no numa das quaisquer apetecíveis ilhas.

Utilizando o circuito relatado por este viajante, irei colocar no respectivo local as devidas fortalezas após a sua passagem. São provavelmente do transitar do século XVI para o XVII, seguramente da primeira metade do século XVII, em virtude da forte impertinência dos inimigos dos reis de Espanha e de Portugal (dinastia Filipina) às ilhas e posterior defesa após a restauração do 1 de Dezembro de 1640.

Diz-nos este anónimo português: “a ilha de São Miguel, onde à vinte e dois anos (...) estive, segundo tenho entendido não está mais provido (...) de artilharia que a cidade de Ponta Delgada [o forte de São Brás estava em construção]. (...) Tem outros (...) portos onde se pode muito facilmente desembarcar e fazer-se mal em toda a terra ...”⁴.

³ Vieira, Alberto, “Da poliorcética à fortificação nos Açores: introdução ao estudo do sistema defensivo nos Açores nos séculos XVI-XIX”, *Boletim do Arquivo Histórico da ilha Terceira*, vol. 45, Tomo II, AHIT, 1987, pp. 1525-1555.

⁴ “Informação dos portos das ilhas dos Açores”, *Arquivo dos Açores*, vol. IV, p. 121.



Forte de São Brás em Ponta Delgada, ilha de São Miguel

Sobre o infortúnio que se poderia fazer a terra, muito se poderá explicar, mas de momento bastará dizer que estas tripulações passavam no mínimo, semanas no mar, navegando em frágeis barcos à vela e de madeira, na maioria das vezes em condições de vida deploráveis, condições higiénicas lamentáveis e alimentação muito deficitária. Perante tal cenário, as ilhas constituíam sempre autênticos “oásis” em pleno Atlântico Norte, tal como a ideia de um possível regresso a casa de mãos vazias, uma péssima opção.

“Tomando a ilha pela primeira terra indo de Portugal que se diz do topo do Nordeste, está uma povoação que se diz vila do Nordeste que está muito alta do mar (e) tem um porto ainda que áspero...”⁵.

Não são conhecidas fortificações no concelho do Nordeste, o que não impediu que pelo menos, em uma situação, se tivesse utilizado um dos seus pesqueiros para difíceis desembarques⁶.



Forte de Santa Cruz, Vila das Velas, ilha de São Jorge

A situação do porto do Nordeste é similar à do Topo, ilha de São Jorge, este sim com uma fortificação. Contudo, antes de a ter, dizia-se existir alguma facilidade em defende-lo uma vez que poderiam ser utilizadas pedras e outros instrumentos bélicos, não totalmente modernos para o tempo, para o proteger ou mesmo nega-lo ao inimigo. Em todo o caso, o exemplo poderá aplicar-se à ponta do Arnel, cujo difícil acesso permitiria igualmente uma fácil defesa. O concelho do Nordeste está relativamente bem defendido naturalmente, o que justifica em parte a falta deste valioso património naquele concelho.

“Dando a volta pela banda Sul, indo ao longo de terra, está logo um porto que se diz da Povoação, vila onde se pode muito bem desembarcar...”⁷.

⁵ “Informação dos portos”..., *Ibidem*.

⁶ O desembarque dos Liberais comandados pelo Conde de Vila Flor, no pesqueiro da Achadinha, em 1831.

⁷ “Informação dos portos”..., *Ibidem*.

A vila da Povoação teve outrora um pequeno mas importante forte provavelmente localizado entre a zona da ribeira e a praia: o forte da Mãe de Deus da Povoação. Este forte acabaria por desaparecer em combate, não contra o inimigo, mas sim contra o mar. Os nefastos efeitos que este sempre teve sobre aquela vila levaram a que nos últimos projectos conhecidos desta fortificação, a mesma se apresentasse como um reforço à sua última função: a de quebra – mar.

Ainda neste concelho, existem referências sobre a construção de fortes em freguesias periféricas: o forte da Ribeira Quente e o forte de N.^a Senhora da Graça no Faial da Terra. A ausência de diferentes fontes de informações ou de vestígios arqueológicos remetem-nos para uma área das eventualidades, embora muito credíveis por ser zona de praia (excelente para desembarques) ou por ser referida a existência de ruínas.



Forte de Santa Catarina, Praia da Vitória, ilha Terceira.

“Diante, cinco ou seis léguas está Vila Franca (...) tem um porto (...) onde se pode muito bem desembarcar à vontade e logo adiante tem uma calheta que é o porto (...) agora onde se carregam e descarregam as mercadorias (...). Adiante (...) meia légua (...) está uma ribeira que tem uma praia onde podem desembarcar e irem muito facilmente a Vila Franca⁸”. Se até ao momento, nada subsiste, a partir deste momento surge-nos um património relativamente vasto e sub aproveitado: Vila Franca chegou aos inícios do século XXI com os seus cinco fortes em diferentes estados de conservação. Na Ribeira das Tainhas subsistem teimosamente os alicerces e parte de um pano de muralha do Forte de Santo António, esquecido em cima da rocha.

Em seguida, o desaparecido forte dos Boeiros (provavelmente também conhecido como Santo André) na praia da Vinha d’Areia. Atropelado pelo progresso, os seus restos foram ainda captados pela lente da tal minúscula equipa, em plena tropelia com máquinas de características descomunais.

Ligeiramente ao lado, bem à vista de todos e ainda em relativo bom estado, situa-se o forte do Tagarete, também conhecido como forte da Areia ou do Baixio, que protegia o porto da Vila. Segue-se o forte do Corpo Santo (provavelmente o mais antigo de Vila Franca do Campo) cuja construção original se mantém até à altura do cordão (friso semi-circular que circundava a fortaleza ao nível inferior das canhoieiras).

Por fim, e em frente ao ilhéu, persiste uma parte da escarpa do antigo forte de Gonçalo Velho, o segundo maior da ilha e construído em 1815 a fim de substituir o arruinado forte da Forca ou de São Francisco.

⁸ “Informação dos portos...”, *Ibidem*.



Forte da Salvação de Santa Clara, Ponta Delgada, ilha de São Miguel.

Estas designações remetem-nos para outras funções atribuídas a estas pequenas fortalezas, normalmente em época de desuso ou mesmo de abandono. Muitas vezes foram casa de praças reformados ou prisões, como será o caso do forte da Mãe de Deus na Povoação ou de São Francisco na Vila Franca. Este último poderá ter albergado a forca, símbolo da pena capital máxima e de aviso, quer aos de terra como aos de mar sobre eventuais ideias nefastas⁹.

“Adiante, obra de duas léguas está uma ponta de terra que lança ao mar que se diz da ponta da Gallé [Galera]. Da parte Leste dela está uma calheta onde se podem desembarcar e irem a vila de Água do Pau, povoação de trezentos vizinhos¹⁰”. O extinto concelho de Água de Pau, nomeadamente a freguesia, é ainda hoje detentor de três pequenas fortificações: o forte da Caloura, entaipado e esquecido junto ao porto; o forte do Convento da Caloura, em bom estado de conservação e o forte da Canada do Castelo, que acabaria por ser a grande surpresa ao longo da investigação. Este será o forte colocado à maior cota na ilha de São Miguel. A surpresa decorre do facto de não existirem quaisquer documentos que o refiram, sendo as suas ruínas completamente reveladoras. Trata-se de um forte semi-circular com cinco canhoes e parte da sua antiga guarita. Apesar de semi destruído, torna-se perceptível a importância que outrora deteve. Ocupava uma posição privilegiada na vigilância dos acessos ao porto, podendo dar o alarme para que as guarnições se mobilizassem e deste modo preparassem a defesa do sempre tão assediado porto da Caloura.

⁹ Há medida que se aprofundam estes estudos e ao que indicam algumas fontes, existiam forcas nas ilhas e muitas vezes mais do que uma. É o caso da ilha de São Jorge e mesmo de São Miguel, onde se sabe ter existido um morro da Forca em São Roque, cuja forca que serviria de aviso para quem se deslocasse entre Ponta Delgada e Lagoa, por mar ou por terra.

¹⁰ “Informação dos portos...”, *Ibidem*.



Ruínas do forte do Espírito Santo, Praia da Vitória, ilha Terceira.

Neste ponto, será de referir a importância que as comunicações detinham desde o momento em que as embarcações eram vistas, até se aproximarem de terra. Apesar das poucas informações existentes, tudo indica para a existência dos chamados postos semafóricos, numa fase inicial com bandeiras de diferentes cores e posteriormente com braços articulados (como o existente no pico do Facho no Monte Brasil, Angra do Heroísmo), que avisariam terra, estabelecendo dois tipos de comunicações: de terra para mar (e vice-versa) e só em terra. Este sistema, diurno (à noite eram utilizados fachos), existia nos Ginetes e está claramente evidenciado numa iconografia da costa de Ponta Delgada até à ponta da Galera. A informação era repetida nos sucessivos postos semafóricos (ou telégrafos), originando os respectivos preparos a quem de direito. No caso da defesa, da prontidão das respectivas guarnições aos seus locais de combate. Este sistema, utilizado por exemplo na defesa da barra do Tejo, poderá explicar porque razão São Miguel não conheceu problemas de maior gravidade para a além das situações de guerra civil (e mesmo neste caso a sua leitura deverá ser feita com cuidado). Ou seja, apesar de serem pequenas construções marítimas (muitas vezes com um só baluarte), posicionadas o mais possível em cima do mar (de forma a retirar o máximo proveito do curto alcance da sua artilharia¹¹), este património cumpriu bem a sua missão primária, apesar das permanentes dificuldades que sempre sofreram em material, munições, pessoas e manutenção. A sua articulação com as transmissões era fulcral: sem informação, não se torna possível a defesa.



Forte da Urzelina, Vila das Velas, ilha de São Jorge.

¹¹ A exceção será mesmo o forte de São Brás em Ponta Delgada com cerca de 60 canhões e o de Gonçalo Velho com capacidade para 20 canhões, teoricamente, pelo número de canhoneiras construídas.

No caso do continente português, são mesmo conhecidas situações em que o navio se chegaria junto à “falla” a solicitar autorização para a entrada na barra de Lisboa, isto em meados do século XVIII. Não existem razões para pensar que o mesmo não aconteceria nos Açores, no caso em estudo, na ilha de São Miguel¹².

“Adiante, obra de uma légua, está um porto que se diz (...) dos Carneiros. Este é muito importante porque é todo de terra chã (...) e junto ali a vila da Lagoa (...) e dali podem ir a Ponta Delgada muito facilmente (...) [atravessando] muitas quintas e muito ricas¹³”. Sobre a riqueza da ilha, muito haveria a dizer. Bastará apenas referir que a grande cultura de exportação no século XVI era o trigo (para o continente, Madeira e praças do Norte de África) e que as ilhas serviriam em pequena escala, de laboratório, para a organização das futuras fazendas brasileiras, daí que fossem entendidas como ricas, porque efectivamente o eram para a altura.



Forte das Mandas, Vila das Velas, Ilha de São Jorge

Nesta vila, e no que concerne à defesa, está claramente comprovada a existência do forte de Santa Cruz, na ponta leste do actual porto, muito próximo ao complexo de piscinas daquela vila. Contudo, poderá igualmente ter existido uma segunda fortificação próxima ao primitivo porto daquela vila¹⁴.

A partir da Lagoa, iniciava-se o sistema defensivo que protegia Ponta Delgada: o complexo defensivo das praias do Livramento/São Roque com os fortes do Livramento (desaparecido), São Caetano (em ruínas), forte de São José (desaparecido), forte de São Roque (vestígios), forte do Pico das Canas¹⁵ e forte de São Francisco Xavier (em bom estado de conservação).

O posicionamento de todas as fortalezas era feito de modo a que os seus fogos se cruzassem, de modo a criar uma cortina de fogo pelo qual o inimigo não pudesse passar. No caso específico da

¹² “...como o vento me saltou ao Sueste tenho bordejado sem poder hir tomar falla em Cascaes para mandar dar conta e pedir permissão de entrar para dentro...”. D. João, “Carta da viagem entre os Açores e Lisboa a D. Luís da Cunha em 15 de Novembro de 1756”, *Arquivo dos Açores*, 2ª Série, Vol. III, Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 2005. As comunicações entre navios e o Posto Semafórico seria mesmo alvo de uma reclamação por parte da Câmara Municipal do Nordeste para o Rei, em 1884, por o do Arnel se encontrar mal localizado dificultando as transmissões. Vilhena, J.F. e Maria Regina Louro, *Faróis de Portugal*, Grandiva, 1995, p. 244.

¹³ “E atravessando deste porto à banda norte (...) sem grotas ou ribeiras (...) está a vila da Ribeira Grande (...) e antes (...) a Ribeira seca (...) com algumas quintas em redor, ricas”. “Informação dos portos...”, *Ibidem*.

¹⁴ Aliás, muitos ficam actualmente por comprovar, como já se referiu. Outros exemplos poderão ser os das praias de Água d’Alto (do Cabrito e da Praia), da Maia (do Espírito Santo) ou mesmo da praia dos Moinhos (da Ponta). Futuras investigações ou novas fontes poderão fazer luz sobre estas fortificações.

¹⁵ Tanto quanto as fontes (e a ausência de restos arqueológicos) deixam entender, terá sido o último a ser construído, mas as obras não terão sido concluídas. Tinha como missão cortar o acesso a Ponta Delgada de uma coluna militar inimiga que conseguisse desembarcar nos areais do Livramento/São Roque.

praia das Milícias, é conhecida uma outra forma de fortificação militar, usualmente designada como muralha das milícias.

Esta muralha assesteriada (cujo exemplo poderá ter sido utilizado em todas as principais praias do arquipélago), unia o forte de São Caetano ao forte de São José (em pleno areal grande) prolongando-se até ao fim da praia, unindo-se eventualmente ao forte de São Roque.



Forte do Zimbreiro, Monte Brasil, ilha Terceira.

Ainda hoje subsistem troços significativos desta muralha, por onde a infantaria colocava as armas, intercaladas por pequenas canhoneiras onde se colocavam algumas peças de artilharia para reforço da defesa. Todos os anos, padecem não só pelo efeito do mar, como pela mão dos banhistas que por ali procuram cortar caminho em direcção ao areal.

Passada a área de São Roque, sucedia-se a defesa da cidade de Ponta Delgada propriamente dita, com seis fortificações: forte da Mãe de Deus (descaracterizado), forte de São Pedro (desaparecido), forte do Açougue ou de São Cristóvão (desaparecido); forte de São Brás (em bom estado), forte da Salvação de Santa Clara (em ruínas) e forte de Santa Clara (desaparecido). Neste ponto será de referir um importante aspecto (entre outros, limitados por falta de espaço): por vezes, com o desaparecimento de uma fortificação, o mais próximo adquiria a sua designação. É o caso do forte da Salvação de Santa Clara, entre nós conhecido como forte de Santa Clara, actualmente com bons auspícios para o seu futuro.

A costa Noroeste/Norte, mais acidentada, é menos rica neste património. Em todo o caso, será de destacar a defesa da praia e do porto dos Mosteiros por intermédio do forte da Conceição e de Santo Amaro (ambos desaparecidos) e da Ribeira Grande e Porto Formoso, pelos fortes da Estrela (entaipado, apenas perdeu as guaritas) e de São Brás (em ruínas, mas com boas hipóteses de ser recuperado).



Forte de São Brás, Porto Formoso, ilha de São Miguel.

A título de conclusão, foram construídos vinte e seis fortes da Idade Moderna efectivamente comprovados numa ilha com cerca de 750 km², dos quais subsistem cerca de quatorze.

Uma vez analisada a defesa da maior e mais produtiva ilha dos Açores, passaria a destacar o caso de uma das mais esquecidas, pelo seu fraco desenvolvimento económico, desenquadramento geo-estratégico ou relevância política: a ilha de São Jorge.

As fontes consultadas mais antigas apresentam-nos a ilha com uma pequena economia, apesar de sólida no contexto do triângulo constituído pelas ilhas de São Jorge, Pico e Faial. Os seus habitantes, em 1543 encontram-se mais interessados em dinamiza-la do que propriamente em se protegerem¹⁶. Faz sentido, uma vez que a ilha não era assediada por embarcações inimigas embora já rufassem os tambores de guerra. Ao longe, já se previam futuros problemas, uma vez que a actividade francesa era conhecida junto às costas das nações ibéricas, assim como a mourisca. Apesar dos pedidos feitos para o fornecimento de material de artilharia e infantaria (que eram praticamente inexistentes) por parte de oficiais régios mais zelosos, a situação só seria alterada a nível interno a partir de 1570, fruto de novos assédios e rumores.



Forte da Eira, Vila das Velas, ilha de São Jorge

As ameaças sentidas em 1569 levaram a que no ano seguinte fossem nomeados guardas de Saúde e de Terra, assim como vigias perante a chegada eminente de esquadras luteranas e mouriscas¹⁷. Neste ponto será importante salientar o contexto internacional: Carlos V de Espanha e D. João III haviam iniciado uma “política” de casamentos entre famílias, estreitando as ligações entre os dois

¹⁶ Aliás, à semelhança das restantes ilhas. “Carta de Bartolomeu Ferraz, aconselhando El-rei sobre a necessidade urgente de se fortificarem e guarnecerem as ilhas dos Açores, por causa dos corsários franceses – 1543”, *Arquivo dos Açores*, Vol. V, Universidade dos Açores, pp. 364-367.

¹⁷ Pereira, António dos Santos, *Vereações de Velas* (São Jorge - 1559-1570-1571), Universidade dos Açores, 1984.

reinos, aproximando a coroa portuguesa à casa dos Habsburgos, à época a maior potência económica e militar da Europa. Portanto, para além das respectivas “áreas de influências” e impérios ultramarinos, Portugal encontrava-se perigosamente associado à maior potência da época, em vias de agregação (o que seria feito poucos anos depois com Filipe I de Portugal e II de Espanha: dois reinos distintos, o mesmo Rei), poderio que sofreria um revés irreversível com a derrota da Armada Invencível (conjunta dos dois reinos) em 1588. A partir dessa altura (1589-90) a ilha seria fortemente atacada, tendo a vila das Velas sido saqueada provavelmente em 1597 e 1599, à semelhança do sucedido posteriormente em 1708 pelos franceses.

Os sinais de alerta começariam pois em 1570, com a realização de alardos (exercícios) gerais, cujos resultados se revelaram catastróficos. Não existia uma organização capaz, instrução conveniente, armamento em condições, artilharia e fortificações suficientes, de forma a, se não evitar um possível desembarque, pelo menos assustar o inimigo. No final desse ano seriam nomeados dois Capitães com perfil para a função de organizar a tropa da terra [ordenanças, mais tarde designados de forma pouco correcta por “milícias” (1709), instruindo-a e adestrando-a em exercícios regulares. Da parte do Desembargador Gaspar Pereira, na qualidade de Capitão-mor da capitania de Angra do Heroísmo, ficaria a promessa de insistentemente procurar resolver as lacunas junto ao Rei. Esta situação de perigo eminente e de pedidos de socorro manter-se-ia até ao final do século XVI. Teriam como primeira resposta por parte de D. Sebastião, no ano seguinte, a promessa de que todos os homens teriam uma arma para defesa. São dadas instruções régias de forma a que nenhuma embarcação atracasse de noite ou zarpasse isolada. Ainda nesse ano seria nomeado o primeiro Capitão-mor da ilha: Guilherme da Silveira, um dos Capitães nomeados no ano anterior.



Forte de São Fernando, Praia da Vitória, ilha Terceira.

Em 1572, e em resultado de uma inspecção às ilhas por parte de Fernão de Pina Marecos foi enviado a São Jorge Álvaro Fernandes, encarregado das fortificações do reino, com a missão de elaborar projectos e executa-los, aplicando-se um imposto de 2% para a construção das fortificações e muralhas ao longo da orla das vilas¹⁸. Consigo, trazia já alguns estudos de Fernão de Pina Marecos e Tommazo Benedetto, pelo que este último poderá ter tido alguma influência na traça do principal forte da ilha, o forte de Santa Cruz.

Em 1575 constata-se já a existência de artilharia nas Velas¹⁹. Este facto poderá ter conduzido a um redireccionamento das incursões inimigas à ilha para outras áreas da costa, com especial ênfase para a vila da Calheta, que já a detém em 1600.

¹⁸ Avellar, J. C. S., *Ilha de S. Jorge/Açores - apontamentos para a sua História*, Horta, Tip. Minerva Insulana, 1902, p. 238.

¹⁹ Pereira, A. S., *A ilha de São Jorge (Séc. XV-XVII) – contribuição para o seu estudo*, 1^o. vol., Universidade dos Açores, 1986, p. 110.



Forte da Estrela, Ribeira Grande, ilha de São Miguel.

Contudo, já desde 1591 que ambas as câmaras e demais autoridades se haviam reunido para delinear uma defesa comum da ilha, única forma eficaz de a negar ao inimigo. Os acontecimentos no final do século, em plena dinastia Filipina e que se prolongariam durante as primeiras quatro décadas do século XVII, são evidenciados pelos consumos de pólvora: da década de 1620-29, gastou-se praticamente mais 700% de pólvora do que na década anterior. Nesta década, um novo engenheiro militar havia visitado a ilha com projectos e ordens explícitas de activar todas as fortificações necessárias, bem como concretizar uma nova reorganização das ditas milícias²⁰.

A situação atingiria o clímax na década de 1640-49, com destaque para o ano de 1641 (que constitui o “pico” do século, seguido pelo ano de 1675). Para tal deverá ter contribuído não só a defesa da ilha como o apoio prestado aos terceirenses no objectivo de tentar conter as tropas espanholas no interior do forte de São Filipe, actual forte de São João Batista. A partir desse momento o número de bocas de fogo continuaria sempre a aumentar até atingir as 48 peças no ano de 1832, o que não constituiu um valor muito expressivo para a dimensão da ilha, representando um mínimo para evitar grandes surpresas.



Forte das Caravelas ou de São José sobre o porto, Vila das Velas, São Jorge
(Foto Oceanus).

Sobre o século XVIII, pouco se sabe. O saque das Velas por tropas francesas haveria de conduzir à construção de um dos últimos fortes detectados, o Castelhinho da Eira, e com a visita do Brigadeiro António do Couto Castelo Branco, realizou-se o primeiro levantamento geral das fortificações

²⁰ Marcos Fernandes de Teive chegou a São Jorge em 1618, apresentando os projectos para o porto de Bairros e das Caravelas à Câmara de Velas para execução no ano seguinte. Dez anos volvidos estariam concluídos. *Idem*, p. 106.

existentes. Seria igualmente responsável por um adestramento de milícias como não havia memória e foi provavelmente o responsável pela execução de catorze obras nas fortificações que em 1711 se efectuaram por toda a ilha. Aparentemente, o resto do século terá sido calmo, sendo as fortificações existentes profundamente abaladas pelo grande terramoto de 1757. A partir desta data, algumas não mais seriam recuperadas.

A partir da segunda metade do século XIX, as relações militares apontam para o seu abandono generalizado. Em 1862, considera-se para defesa permanente apenas duas fortificações e ambas para o porto de Velas: o forte de Santa Cruz e o da Conceição. Mesmo nestes casos, a degradação continuaria até ao presente. Actualmente, o único que se mantém minimamente preservado será o forte da Conceição, encontrando-se o de Santa Cruz, o forte principal e mais importante da ilha (não só pela sua localização/dimensão, mas mesmo do ponto de vista da sua arquitectura inserida na História da Arte), em elevado estado de degradação.

Da análise efectuada e da busca in loco da memória histórica destas fortificações, resultou que das quinze fortalezas, subsistem ainda seis, das quais apenas uma em bom estado de conservação, a da Urzelina, seguindo-se a das Manadas e a da Conceição, em razoável estado.

O dispositivo montado desde finais do século XVI até à segunda metade do XVII no concelho de Velas era o seguinte: o forte de Entre-os-Morros (possivelmente também conhecido como das Bicas. Estado actual: desaparecido) à direita do forte de N.^a Sr.^a do Pilar (ou castelinho/castelo da Eira ou do Arco – em razoável estado, embora descaracterizado), seguindo-se o forte da Conceição (razoável/d Descaracterizado). O forte de Santa Cruz (em muito mau estado) cruzava fogos com o anterior e defendia a porta da vila em conjunto com o forte das Caravelas (em muito mau estado). Seguiu-se na ponta da enseada, o forte de São Miguel, o Anjo (ou da Queimada - desaparecido) e ao longo da costa em direcção à Calheta, o forte da Ribeira do Nabo (ou do Desterro – desaparecido); o forte da Urzelina (bom estado); o forte dos Terreiros (desaparecido) e por fim o forte das Manadas (em bom estado²¹).

No concelho da Calheta, o progresso não poupou uma única fortificação. Tinha-mos o forte de Santo António, seguindo-se o de São João Batista (ou de São João/Açougue), completando-se a defesa da vila com o do Espírito Santo (ou Santo Espírito). São Sebastião (ou da Ribeira dos Vimes) e forte do Topo, ambos desaparecidos, completavam o dispositivo. O último caso ainda detém vestígios muito significativos da sua memória: os seus dois canhões, provavelmente de 1678, e em muito mau estado de conservação encontram-se “espetados” no porto daquela freguesia²².

Dentro destas particularidades insulares, o caso da ilha Terceira reveste-se de particular interesse. Das 36 fortificações detectadas, crê-se que cerca de 21 terão sido mandados erigir pelo Corregedor Ciprião de Figueiredo na resistência que aquela ilha faria ao domínio filipino entre 1580 e 1582.

Ultrapassada a crise, novas fortificações haviam de ser levantadas, alias à semelhança do que havia sido feito a partir da segunda metade do século XVI. A importância geoestratégica da ilha e da baía de Angra do Heroísmo no resguardo das embarcações que regressavam à Europa, catapultaram aquela ilha como capital política-administrativa do arquipélago, ingredientes mais do que suficientes para o desenvolvimento do complexo fortificado do Monte Brasil, que acabaria por ser fechado na sua vertente terrestre com a fortaleza de São João Batista, no período espanhol designado por São Filipe. Considerado por muitos historiadores como uma das maiores fortalezas

²¹ Apesar da sua classificação, este forte perdeu toda a zona correspondente à casa da guarda/paiol, assim como a maior parte da área reservada à horta.

²² Existiram outras estruturas militares dignas de referência: dois torreões (de vigia) que seriam substituídos por fortalezas, um quartel de tropas (a Igreja da Misericórdia original), paióis; casas da vigia e da Guarda ao porto de Velas. Por falta de provas documentais e físicas, subsistem ainda dúvidas da possível existência dos seguintes fortes: de São José; do Forno de Cal; de um quarto pertencente ao sistema defensivo do porto da Calheta; do forte do porto e dos redutos da Fajã de São João, assim como do forte do Norte Grande.

do Atlântico Norte, esta fortaleza cruzava fogos com o forte de São Sebastião, de projecto atribuído a Tommazo Benedetto na década de setenta do século XVI. Novamente em questão estava a defesa do porto e da cidade.

Estes três modelos de ilhas fortificadas nos Açores, foram condicionados pelas características das ilhas. São Miguel representa a ilha de maior interesse económico e comercial a defender. Ilhas como São Jorge reflectiam a fragilidade das ilhas mais pequenas e isoladas e a Ilha Terceira é um exemplo da importância geo-estratégica aliada à administração do arquipélago.

Outros casos particulares como o das Flores e Corvo carecem por enquanto de uma investigação feita nos moldes actuais desta equipa de trabalho. Em todo o caso, as fontes apontam grosso modo para nove fortes só na ilha das Flores, e um para o Corvo. Na totalidade do arquipélago, este número em bruto remete-nos para mais de cem imóveis, o que nos coloca com a maior densidade por quilómetro de costa, a nível do império.

Este grupo de trabalho irá paulatinamente percorrer as restantes ilhas, como Santa Maria, Pico, Faial e Graciosa. Face às informações já levantadas não se esperam grandes surpresas, mas sim um reforço às linhas aqui apresentadas, engrandecendo o papel que estas pequenas construções tiveram na defesa das populações, comércio e nas escalas daqueles que nos demandavam na centralidade que os Açores sempre tiveram em pleno Atlântico Norte.

Direcção dos Serviços Museológicos e Pedagógicos do Museu Militar dos Açores.
Quartel em Ponta Delgada, 01 de Abril de 2010